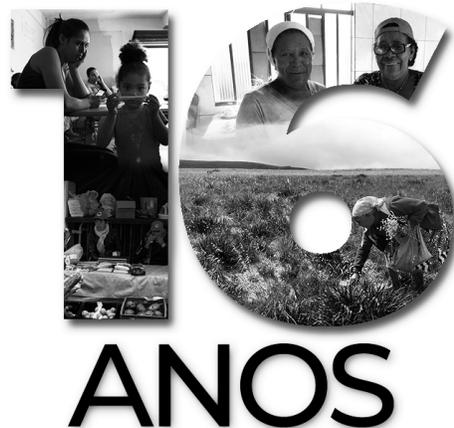




Terra de  
Direitos



## Informativo especial

Nesta sexta-feira (15), a Terra de Direitos completa 16 anos de atuação na defesa, promoção e garantia dos direitos humanos. Em um cenário de aumento da desigualdade social e retrocessos nos direitos conquistados por meio da luta popular, é fundamental aprofundarmos a reflexão sobre como a realidade se apresenta para organizar, de forma coletiva, a resistência contra o avanço do conservadorismo, e, ao mesmo tempo, anunciar outro modelo de sociedade mais justa.

A Terra de Direitos traz neste boletim uma breve contribuição para o debate. Esta reflexão é fruto de um conjunto de relações que a Terra de Direitos estabelece com movimentos sociais e populares e outros diversos sujeitos sociais e políticos.



*Foto: Bob Barbosa | Terra de Direitos*

### ***Tempos de intensa crise política, econômica, ambiental e jurídica***

No Brasil, os últimos anos têm sido marcados pela intensa crise política, econômica, ambiental e jurídica. Se é certo que o marco de previsão e aplicação dos direitos humanos já enfrentava há alguns anos um cenário de retrocessos, em especial pela ineficácia das políticas públicas e por ofensivas de parte do poder legislativo, a crise política, com causa e consequências na ação do Executivo e do Judiciário, tem impactado diretamente o campo de defesa e promoção dos direitos humanos. É preciso ter em conta também os impactos da crise econômica e das **medidas de austeridade e flexibilidade das relações de trabalho** na vida da população brasileira.



*Foto: Lucas Pereira de Souza / Terra de Direitos*

O aprofundamento veloz do Estado de exceção com a aprovação da **Emenda Constitucional 95** (que estabelece limites de gastos públicos), a fixação de cortes e limites orçamentários severos e a adoção rotineira de medidas de repressão, como o **uso generalizado da GLO** (Decreto da Garantia da Lei e da Ordem), já sinalizavam a escalada de um modelo de retrocesso na garantia de direitos, paralisação das políticas públicas e militarização da vida em sociedade.

Em 2018, o ápice deste modelo de violação de direitos que tem como um dos principais promotores o próprio Estado foi alcançado com o decreto de **intervenção federal** no estado do Rio de Janeiro, defendido sob o pretexto de garantia da segurança pública.

Dentre as medidas legislativas que provocaram instabilidade e recuo no quadro regulatório de proteção dos direitos destacam-se ainda a **reforma trabalhista** e a aprovação e conversão em **lei da MP 759**, que alterou regras sobre regularização fundiária urbana e rural. A medida provisória foi convertida em lei em julho de 2017 (Lei 13.465/2017), alterando grande parte do arcabouço normativo com que as organizações de assessoria jurídica, entre as quais a Terra de Direitos, vinham trabalhando. A possibilidade de **privatização de terras públicas** trazida por essa lei tem impacto direto no aumento dos conflitos fundiários e, por consequência, nos indicadores de violência e tentativas de criminalização de defensoras e defensores de direitos humanos nas áreas rurais.



*Foto: Fernando Frazão | Agência Brasil*

É importante ainda destacar a intencional prática de fragilização de políticas centrais ao campo, com o progressivo corte orçamentários a programas como Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - centrais a autonomia do campo, além da inexecução do II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e do Programa Nacional para Redução de Agrotóxicos (PRONARA).

Este cenário, somado a mais fatores estruturais, colaboram para intensificar um cenário de desigualdade de gênero no campo. De acordo com a FAO, as mulheres rurais são responsáveis por mais da metade da produção global de alimentos, mas continuam a viver em uma situação de desigualdade social e política, que se expressa fortemente no seu acesso à terra.

O quadro normativo de proteção dos direitos humanos e socioambientais permanece sob ataque pela proposição de um conjunto de projetos de lei que pretendem ampliar as possibilidades de **criminalização de movimentos e organizações, cercear o direito de manifestação, limitar o livre uso da biodiversidade e as garantias de acesso à terra**, dentre outras ameaças. É importante salientar que a turbulência e a instabilidade do atual cenário político brasileiro não significam necessariamente falta de coerência ou projeto político



*Foto: Bob Barbosa | Terra de Direitos*

hegemônico. Basta assinalar as raízes da crise política no processo de captura radical dos interesses públicos pelos interesses privados, concentrados numa elite econômica e política, para compreender que a instabilidade se desenvolve e é promovida em consonância com os propósitos de um modelo particular de desenvolvimento.

Não é, nesse sentido, coincidência que os processos de desmantelamento das políticas de promoção e proteção de direitos esteja, de um lado, restringindo direitos econômicos e sociais (nomeadamente com a implementação das reformas trabalhista e previdenciária) e, de outro lado, beneficiando grandes proprietários e empresários nos processos de disputa pelos bens comuns e pelo acesso à terra e aos territórios.

Menos surpreendente ainda, que, neste contexto, **o uso da função repressora do Estado** esteja incidindo com maior virulência sobre defensoras e defensores de direitos humanos protagonistas da resistência nos conflitos estruturais por acesso a recursos.

Outro elemento de convergência vê-se no recrudescimento de uma tendência ideológica conservadora de interpretação e debate acerca dos direitos humanos, em grande parte apoiado e disseminado pelos grandes meios de comunicação, dirigido a retratar ativistas como inimigos e defesa de direitos humanos como defesa de criminosos. Veiculações essas que têm resultado no aumento da escalada da violência e da repressão contra os movimentos sociais, contribuindo para a construção de uma narrativa de deslegitimação e de criminalização das lutas populares.

*Foto: Lucas Pereira de Souza | Terra de Direitos*





*Foto: Franciele Petry | Terra de Direitos*

### ***Contexto exige resistência e luta***

Em resposta à estas questões, a Terra de Direitos defende a importância de se assegurar total apoio à luta de defensoras e defensores de direitos humanos tanto em situações de risco e em casos de violações quanto em face aos desafios da luta cotidiana. Acreditamos numa metodologia de ação que questiona os padrões da violência no acesso aos recursos na sociedade brasileira onde um modelo patriarcal e o racismo estrutural, bem como as disputas por terra, identidades territoriais, despejos urbanos, problemas ambientais, desapropriações e mega-projetos de desenvolvimento estão no centro dos episódios de violências, assassinatos e violações cotidianas aos direitos humanos.

O atual contexto demonstra a extrema relevância das ferramentas da assessoria jurídica popular. É por essa razão que a Terra de Direitos tem apostando em aprofundar e inovar a metodologia da advocacia popular: desenvolvendo abordagens a partir da base em trabalho conjunto com organizações e movimentos populares; investindo em educação popular para os direitos humanos; reforçando o diálogo, os espaços coletivos de deliberação e redes regionais e nacionais; e desenvolvendo uma pedagogia dos casos emblemáticos de violações, com produção de conteúdo crítico sobre a atuação do sistema de justiça.

Esta metodologia utilizada nos últimos 16 anos tem a vantagem de desenvolver um trabalho preventivo e uma reação imediata em locais com membros da equipe monitorando casos emblemáticos e áreas problemáticas de conflito, como os trabalhos desenvolvidos nas regiões do Amazonas, Cerrado e Sul.

Isso também permite o desenvolvimento de estratégias de médio e longo prazo como o engajamento junto do Conselho Nacional de Direito Humanos (CNDH), a participação ativa em grupos de trabalho temáticos e comissões de organizações da sociedade civil e também monitorando as estruturas do governo, mobilizando o sistema de justiça nacional e o sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

Neste contexto, a atuação em defesa dos direitos humanos e da democracia torna-se ainda mais essencial.

Se o cenário nos traz a suspeita de um novo ano cheio de desafios, o compromisso de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil apresenta a certeza de que as dificuldades serão enfrentadas e superadas por meio da organização popular. Obrigada por ajudar a construir esse projeto de uma sociedade mais justa, de uma Terra de Direitos. Que possamos continuar juntas e juntos nos próximos anos. ■



*Foto: Lucas Pereira de Souza | Terra de Direitos*